

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará – SINTSEF/CE, de conformidade com os Arts. 17, 18, 19, 20 e 45 do seu Estatuto, convoca seus filiados para participarem de uma Assembléia Geral para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: 1) Informes; 2) Aprovar o balanço financeiro e patrimonial do SINTSEF/CE, referente ao ano de 2006; 3) Eleger coletivo de formação e conselho editorial do SINTSEF/CE e definir suas atribuições; 4) Autorizar o sindicato a ajuizar ação judicial como substituto processual referente GDPGTAS para aposentados e pensionistas filiados; 5) Encaminhamentos.

A Assembléia Geral será realizada no dia 10 de março de 2007, às 8h, em primeira convocação, e às 8:30h, em segunda convocação, na casa de Retiro N. S de Fátima (Av. Alberto Craveiro, 2222 – Dias Macêdo – Fortaleza-CE).

Fortaleza, 10 de fevereiro de 2007

Aposentados elegem delegados para encontro em Brasília e reúnem-se em dia alusivo à categoria



ASSEMBLÉIA DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS NA SEDE DO SINTSEF/CE

Dois eventos marcaram o mês de janeiro para os aposentados filiados ao SINTSEF/CE. O primeiro foi a reunião do dia 17 que elegeu sete delegados para representar o segmento em Brasília nos próximos dias 25 a 29 de março em Encontro Nacional da CONDSEF. O segundo foi a confraternização pelo Dia Nacional do Aposentado, transcorrido no último dia 24 de janeiro e comemorado com atividade política-cultural no clube do SESC, em Iparana. **(Pág 3)**

Direção Colegiada visita região do Vale do Jaguaribe



REUNIÃO EM MORADA NOVA

Entre os dias 23 e 26 de janeiro, a Direção Colegiada esteve na região do Vale do Jaguaribe visitando as cidades desta delegacia sindical. O objetivo do encontro foi levar informações de interesse da categoria para os filiados do interior. As reuniões possibilitaram ainda a troca de idéias e o debate entre a direção e seus filiados, ouvindo sugestões e críticas, no sentido de aperfeiçoar as ações do sindicato. **(Pág 8)**

em tempo

Dia 21 de março, às 15 horas, tem reunião de aposentados e pensionistas da Região Metropolitana de Fortaleza no Auditório do SINTSEF/CE. Participe! Contamos com você!

Governo Lula II: os trabalhadores na berlinda

Novamente, Lula foi eleito com o apoio da maioria da população. O discurso fácil, entre o populismo e o paternalismo, influenciou mais uma vez milhões de trabalhadores. Qual era a expectativa? É que, no primeiro governo, por conta dos entraves naturais a quem está chegando, houve tão somente a “arrumação da casa”, mas, no segundo, haveria uma nova chance, com a modificação da atual política econômica, de forma a priorizar as inúmeras carências do povo brasileiro. Doce ilusão.

Até agora, não houve qualquer sinalização nesse sentido. Enquanto vários países latinoamericanos – tais como Venezuela e Bolívia – avançam rumo ao socialismo ou pelo menos adotam políticas que afrontam o capital monopolista internacional – como Argentina e Chile – o Brasil continua marcando passo. O discurso continua sendo o do “cumprimento dos contratos”, a taxa de juros elevada continua a ser justificada pelo controle da inflação e, em nome da “estabilidade”, são feitos cortes e mais cortes nos investimentos sociais.

Com o PAC, fica difícil engolir que o governo Lula II avance de fato na construção de uma sociedade baseada na produção, que gere emprego e renda como forma de combater a fome e a miséria. São medidas tímidas e que, a curto e médio prazos, prejudicam a classe trabalhadora.

Em meio a esse intrincado jogo de interesses, o governo Lula II não se afirma em defesa dos trabalhadores porque não consegue – talvez por falta de coragem – romper a lógica neoliberal da política econômica. Perde a população, perde o serviço público. Aos trabalhadores, resta somente a certeza de que só um movimento sindical autônomo e independente lhes trará de volta seus direitos e assegurará novas conquistas.

A DIREÇÃO COLEGIADA

O PAC e a globalização

Para alguns, os planos nasceram com a Revolução Russa de 1917; para outros, com a industrialização. Certamente, Lênin aproveitou tudo o que o capitalismo tinha de útil às suas utopias. Do meu ponto de vista, eles surgiram muito antes - na Antiguidade. A lógica de Aristóteles forneceu bons esboços ao seu discípulo Alexandre Magno. Entretanto, há um diferencial básico entre plano e planificação, o FRONT e o PROJETO. Um é estático, o outro é dinâmico.

O Brasil é rico em planos. Da Era Vargas para cá, tivemos, entre outros, o PSI (Plano de Substituição de Importações), o Plano de Metas (1956 – 1960, JK), o PAEG (1964 - dos militares), o PND II (Plano Nacional de Desenvolvimento, também dos militares). Alguns foram bem-sucedidos, como o PAEG e o PND II; os outros compuseram uma sucessão de planos heterodoxos que aterrorizaram o País até a chegada do Plano Real, que, finalmente, contornou nosso principal dilema: a inflação.

O Governo de Lula, na sua primeira etapa, apresentou o PLANO NADA e limitou-se a um tímido e péssimo gerenciamento do Plano Real, notabilizando-se pela omissão, incompetência administrativa, extrema corrupção política, resultando numa crise moral que contaminou a Nação inteira, induzindo-a a escolher o “menos ruim”. Pobre do país cuja justiça é incapaz de colocar para votação o melhor e o mais capaz.

O período recente tem sido marcado por profundas transformações econômicas e sociais. Esse processo cíclico é natural. São os ciclos de negócios que trazem em seu bojo reestruturações e readaptações. Saímos da chamada Economia do Bem-Estar, de caráter Keynesiano, com forte intervenção do Estado, rumo ao neoliberalismo, com um nome pomposo: “Escola das Expectativas Racionais”.

Criada pelo falecido Milton Friedman (Prêmio Nobel) e seus colaboradores Robert Lucas, Robert Barros, Thomas Sargent, Neil Wallace, Edward Prescott e outros, os clássicos da Escola de Chicago assessoraram a muitos países emergentes, inclusive o Chile de Pinochet. Suas premissas para estabilização exigiam a eliminação do Estado perdulário e ineficiente e enalteciam as Bolsas de Valores e o Mercado de Capitais em detrimento do social. Era o embrião para o famigerado e conhecido “Consenso de Washington”, que impõe, através de instituições bancárias internacionais (FMI, BID, BIRD), a vinculação de seus empréstimos à aceitação de cláusulas tais como: ampla reforma fiscal e monetária, redirecionamento das prioridades dos gastos públicos, reforma profunda trabalhista e sindical, reforma administrativa, livre comércio, desregulamentação de capitais e, finalmente, eliminação de toda barreira ao lucro fácil e especulativo.

O Brasil aderiu a esse clube já na era Collor. Lula tem sido um fiel seguidor; contrariando seus discursos como sindicalista. O historiador e brasileiro americano Thomas Skidmore, inadvertidamente, em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Educativa, soltou esta pérola, em resposta a uma repórter muito perspicaz: “O Bush pediu ao Lula que não se envolvesse em política econômica, deixasse-a por conta de Meireles e Palocci”. Seria o Meireles uma indicação da Casa Branca e o Arminio Fraga também? Tenho minhas dúvidas...

Fala-se de tudo na TV; menos na Dívida Mobiliária, que já chega à casa de um trilhão, com juros de cento e cinquenta e seis bilhões, só no ano passado. Isso sim é empecilho ao crescimento, uma armadilha, o labirinto em que o Minotauro precisa ser controlado; não a Previdência ou os servidores públicos aposentados e as pensionistas. Há 20 anos o Brasil não cresce mais que 3% em média, produzindo simplesmente para enriquecer a banca de casa e a internacional. Alguém precisa ter coragem de abrir essa CAIXA PRETA dos títulos públicos, esse ponto obscuro que existe entre o BACEN e o TESOURO. Sem isso, o PAC, ou seja o que for, é mera Carta de Intenções - mais um PLANO NADA. Para visualizar melhor onde se encontra o butim, o jornalista Elio Gaspari informa: “Nunca, na história deste País, brasileiros investiram mais no exterior (US\$ 27,25 bilhões) do que estrangeiros investiram no Brasil (US\$ 18,78 bilhões). É o Programa de Aceleração do Crescimento dos Outros”.

Francisco Soares da Silva é economista e Delegado de Base SINTSEF/CE Soares44@ibest.com.br

Expediente

Coordenação Geral: Luís Carlos de Alencar Macêdo (FUNASA/CORE – Fortaleza) Roberto Luque de Sousa (M. Fazenda – Fortaleza) **Coordenação Jurídica:** Argemiro Medeiros Cavalcante (DNOCS – Morada Nova) Ednir Alberto de Carvalho Lima (aposentado/ex-SUDENE – Fortaleza) Francisco Gomes de Sousa (M. Fazenda – Fortaleza) **Coordenação de Comunicação:** Asevedo Quirino de Sousa (FUNASA – Crato) Rômulo George de Sales e Silveira (IBAMA – Fortaleza) Sandra Lúcia da Silva Mota (INCRA – Fortaleza) **Coordenação de Formação Política:** João Batista de Oliveira (FUNASA – Sobral) Jorge Luis de Oliveira (BAFZ – Fortaleza) José Afonso Barbosa da Costa (FUNASA/Micro I – SER V – Fortaleza) **Coordenação de Finanças:** Antonio Alfredo Moreira da Silva (BAFZ – Fortaleza) José de Assis (FUNASA – Maracanaú). **Coordenação Sócio-Cultural e de movimentos populares:** Carlos Eugênio Pereira Soares (FUNASA – Canindé) Elizeu Lima Sousa (CONAB – Fortaleza) Luzimar Alves de Oliveira (FUNASA – Iguatu) **Coordenação de Aposentados e Pensionistas:** Geraldo Pereira da Costa (aposentado/DNOCS – Fortaleza) João Eudes Moreira Rodrigues (Aposentado/UFC – Fortaleza) José Murilo Maciano (Aposentado/FUNASA – Crateús) **Coordenação Administrativa:** Aluísio Bastos Pereira (aposentado/DNOCS – Fortaleza) Benedito Batista de Holanda (FUNASA/CORE – Fortaleza) Francisco Teles da Silva (M. Defesa – Fortaleza) **CONSELHO FISCAL:** Albanizo Fernandes de Sousa (FUNASA – Itaipoca) Edmilson Canafistula (FUNASA – Graça) Francisco Germano Moreira (DNOCS – Icó) Francisco Pereira Chaves (INSS – Crato) José Amorim Neto (Min. Da Agricultura – Fortaleza) José Ribamar dos Santos Lima (FUNASA/Centro de Zoonose Conj. Ceará – Fortaleza) Ozanita Moreira (M. Saúde – Maracanaú). **SUPLENTE:** Francisco Tarciso dos Santos (FUNASA – Brejo Santo) Luiz Haroldo Rodrigues Monteiro (DNOCS – Tauá)

Dia Nacional do Aposentado

Dia 24 de janeiro foi o dia nacional do aposentado. Pelos problemas que enfrentam no seu cotidiano os aposentados pouco tiveram para comemorar. Vivendo um momento de luta e não de resignação, quando é preciso levantar os ânimos para enfrentar as batalhas, o SINTSEF/CE em parceria com o Sinprece (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social no Estado do Ceará) realizaram, no dia 24, uma atividade político-cultural no Sesc Iparana.

A atividade foi de conagração e de discussão e lembrou a origem histórica da data, quando os trabalhadores do Brasil, através de lutas e greves, conquis-



APOSENTADOS E PENSIONISTAS LEMBRAM SEU DIA

taram a primeira lei previdenciária.

A luta atual dos aposentados do Serviço Público Federal é a não quebra da paridade, situação imposta pelo FMI e política do atual governo Lula, desrespeitando os trabalhadores que estão aposentados e aqueles que pretendem se aposentar.

Essa é uma das principais bandeiras de luta da CONDSEF e do SINTSEF/CE para derrotar essa política discriminatória. Viva os aposentados e a classe trabalhadora!

Assembléia define delegados para encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas

O SINTSEF/CE realizou, no último dia 17 de janeiro, assembléia com aposentados e pensionistas, filiados da região metropolitana de Fortaleza, para discutir e eleger representantes ao Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas da base da CONDSEF, que acontecerá em Brasília, entre os dias 25 e 29 de março deste ano.

Na oportunidade foram eleitos sete Delegados. Concorreram duas chapas, a Chapa 1, defendida por Geraldo Costa,

obteve sessenta e oito votos e a Chapa 2, encabeçada por Francisco Teles, onze.

Foi usado o critério da proporcionalidade para escolha dos representantes, dando direito a Chapa 1 indicar seis pessoas e a Chapa 2 uma.

Os aposentados que participarão do encontro são: João Eudes Moreira Rodrigues, Aluísio Bastos Pereira, Benedita de Paula da Silva, José Araújo Cavalcante, Hervalino da Silva Moreira e Vânia Maria

Temóteo de Oliveira, indicados da Chapa 1 e Francisco Teles da Silva da Chapa 2.

Ao todo, o Sindicato participará desse encontro com 14 representantes. Além dos sete da Região Metropolitana, outros sete delegados do interior serão eleitos em assembléias que irão acontecer em suas respectivas regiões, sendo elas: Norte, Sertão-Central, Maciço do Baturité, Centro-Sul, Inhamuns, Vale do Jaguaribe e Cariri.

1º Congresso Estadual dos Agentes de Endemias do Ceará

Foi realizado nos dias 19 e 20 de janeiro o 1º Congresso Estadual dos Agentes de Endemias do Ceará. O evento foi realizado com o apoio da Direção Colegiada do SINTSEF/CE e da Associação dos Servidores do Ministério da Saúde – ASMISA. A abertura do congresso aconteceu no pátio do sindicato, no dia 19. Durante o segundo dia, o evento prosse-

guiu com discussões da categoria e com o lançamento da proposta de criação da Comissão Organizadora dos Agentes de Endemias no Estado do Ceará, pró-Federação. Participaram da abertura do encontro os diretores José de Assis e Luis Carlos Macêdo, ambos trabalhadores da FUNASA, representando todo o SINTSEF/CE.



DIR. JOSÉ DE ASSIS PALESTRA PARA OS AGENTES

DNOCS atuante no Estado do Ceará

No final de 2006, o diretor do SINTSEF/CE, Aluísio Bastos, visitou os municípios de Acaraú, Bela Cruz e Marco para conhecer a obra do perímetro irrigado Baixo-Acaraú de responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS).

Distando 220 km de Fortaleza, a implantação do perímetro foi iniciada há mais de duas décadas, em 1983, no entanto, apenas em 2001 foram instalados os serviços de administração, operação e

manutenção da infra-estrutura de uso comum e agora em 2006 diversos beneficiamentos foram feitos no local. O perímetro utiliza água dos açudes públicos Paulo Sarasate e Edson Queiroz e atende a pequenos produtores, profissionais da área de ciências agrícolas e empresas agrícolas.

Abacaxi, banana, melão, melancia, feijão e milho são os principais gêneros produzidos na região. O diretor Aluísio Bastos, servidor aposentado do DNOCS salienta a importância do órgão para

os estados nordestinos, que constantemente passam por períodos de grande estiagem.

Em outubro de 2006, servidores do DNOCS reuniram-se em Fortaleza para discutir as diretrizes do órgão e o seu compromisso com a sociedade. Em breve, o SINTSEF/CE iniciará uma campanha de filiação com os trabalhadores do DNOCS em Morada Nova, com a intenção de fortalecer a unidade da categoria.

“ Modos de definir, para confundir ”

Nos últimos tempos, expedientes arditos são empregados por “sindicalistas”, em debates a respeito do movimento sindical brasileiro e seu compromisso com a “governabilidade” e gerenciamento do estado, ou em qualquer discussão sobre o comportamento deste em relação ao governo Lula. Esse estratagemas, carregado de conotações pejorativas, onde aqueles que pensam e/ou agem de forma diferente são acusados de ser de direita, de querer dividir ou não querer nada sério, serve de cortina de fumaça para desviar o debate sobre o trágico momento vivido pelo movimento sindical e o labirinto ao qual estão sendo conduzidos os trabalhadores brasileiros, onde uma saída possível fica cada vez mais distante.

A política de parcerias e conciliação de classes adotada pelo governo, em nome da governabilidade, foi assumida pelas entidades sindicais em detrimento da luta em defesa da classe trabalhadora. Isso se torna claro através da participação dessas entidades nos fóruns tripartites e em vários outros tipos de fóruns conciliadores criados pelo governo para amortecer o conflito entre capital e trabalho.

Ampliada no primeiro governo Lula, essa política tende a continuar em seu segundo mandato com o uso de táticas que mais parecem o aprimoramento de “O Príncipe” de Maquiavel, tendo como pressuposto sua interpretação gramsciana onde, de forma sorrateira e ardil, a revolução se dará através de uma longa marcha por dentro do aparelho do estado burguês, não só através das eleições, mas

também ocupando cargos de confiança na burocracia do aparelho estatal. Sem entrar no mérito dessa discussão, observamos que qualquer elaboração crítica sobre o assunto, torna-se alvo de ataques histéricos encolerizados, carregados de manipulação semântica¹, contendo acusações de que os críticos desse modelo de sindicalismo são divisores da classe trabalhadora; faz-se então uma espécie de “linchamento original” desses “diferentes”, em uma desonesta tentativa de manipulação da consciência coletiva que há tempo foi desmascarada pela liberdade da consciência individual humana, através da qual o homem consegue apreender uma “verdade universal” para além do consenso socialmente admitido.

Prostituído a esse ponto, o debate dialético sobre as grandes questões que envolvem o movimento sindical mergulha no obscurantismo intelectual. Discute-se de forma meticulosa as questões superficiais; enquanto se faz um silêncio aterrorizante ante as questões profundas. Os dirigentes sindicais tentam conduzir, a todo custo, os trabalhadores a uma auto-estupidez voluntária, e ao conseqüente estado de indiferença catatônica, tornando-os escravos de seu discurso governista. Supostos pensadores do movimento sindical, repetem - em sintonia, ou não, com o governo - jargões elaborados de acordo com seus interesses, impregnados de manipulação semântica¹, cuja persuasão retórica desonesta é empregada alheia aos princípios da classe operária, tomando sorrateiramente o lugar da dialética materialista norteadora

da filosofia marxista, que serve de base de apoio para a luta pela construção do socialismo.

Por outro lado, as tentativas de resistência a esse holocausto ideológico esbarram na falta de unidade entre os militantes sindicais, pois nesse ambiente maquiavélico, a desconfiança, natural entre as diferentes correntes de pensamentos existentes no movimento sindical, torna-se quase doentia. O aparelhismo míope de setores da vanguarda sindical contribui para com que os “sindicalistas” aliados do governo sabotem qualquer tentativa de movimentação organizada que possa resistir a cooptação e a conseqüente destruição das instituições sindicais livres em nosso país. Outros setores mais críticos que preferem uma posição “mais segura” de... - eu bem que avisei! - ou,... - só agora que estão vendo isso? -, esquecem que as contradições - como já demonstrou o velho Marx - servem como fermento da revolução; esquecem, também, que o homem é, e sempre será, um aprendiz de si mesmo.

Helano Furtado

Historiador; Funcionário da Funasa;

Dir. licenciado do SINTSEF/CE;

Dir. da CONDSEF

¹Semântica - na lingüística moderna é a disciplina que estuda as palavras e os enunciados como sendo objeto abstrato com um conjunto de propriedades e entre os quais se estabelecem relações que se definem nos termos predicação, tempo, aspecto, modalidade, valores de verdade, etc



Previdência Social: Deficitária ou Superavitária?

Início este artigo fazendo uma reflexão histórica sobre a Previdência Social. A conquista da Previdência Social (conjunto de normas de proteção e defesa do trabalhador, mediante aposentadoria, amparo nas doenças, seguridade etc) remonta aos meados do século XIX, em plena Revolução Industrial, no qual o capitalismo impunha um sistema de exploração iníquo sobre os trabalhadores. Foram os trabalhadores alemães os primeiros a lutar pela Previdência Social na Europa. Depois, essa luta espalhou-se pelo continente europeu e chegou, no início do século passado, na América Latina. Os trabalhadores argentinos foram os primeiros no nosso continente a conquistarem esse direito. No Brasil, principalmente pela influência migratória dos trabalhadores europeus de matizes anarquistas, esse direito à Previdência Social foi implantado em janeiro de 1923.

A Previdência Social é um patrimônio universal da classe trabalhadora. Essa conquista se deu através da luta e do sacrifício até de vidas de muitos companheiros, que escreveram a história com sangue derramado. Agora, o imperialismo - através de seus orga-

nismos multilaterais (FMI e Banco Mundial) - quer destruí-la e privatizá-la.

A Previdência Social no Brasil, depois da Contra-Reforma de 2003, e agora com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), do governo LULA/FMI está ameaçada. O PAC é uma das medidas fiscais de longo prazo que as elites, com o discurso de que a Previdência Social é deficitária, usam para exigir a regulamentação da “Reforma da Previdência”. Mais uma vez, é criado um mecanismo para retirar direitos e conquistas dos trabalhadores, principalmente, sacrificar mais e mais os trabalhadores do serviço público federal.

A Previdência Social é sustentada por um tripé: o trabalhador, a empresa e o Estado. A questão do déficit previdenciário é mal colocada; é falseada por várias razões. Há uma inversão injusta, para que se acredite que o problema está na Seguridade Social. Na realidade, quem tem déficit fiscal não é a Seguridade Social, e sim a União.

Por trás do discurso das classes dominantes, há o objetivo da privatização do patrimônio da classe trabalhadora (Previdência Social). Há lições que podem ser tiradas de outros

exemplos ruins aqui na América Latina.

Temos a contra-reforma da Previdência chilena, implantada há 25 anos, durante a ditadura do general Pinochet, e provou ser uma falácia, injusta socialmente e impraticável do ponto de vista contábil. Depois da privatização, restou ao setor público zelar pela população de baixa renda e o sistema chileno privado sempre esteve propenso a ficar com o filé e largar o osso nas mãos do Estado. Hoje, no Chile, a situação dos idosos é tão ou mais preocupante, pois recebem pela Pensão Assistencial Pública apenas o equivalente a 320 dólares ao mês, ou menos que dois salários mínimos brasileiros.

Concluo dizendo que: o patrimônio da classe trabalhadora é superavitário e não deficitário...



Luís Carlos de Alencar Macêdo

Farmacêutico, radialista, diretor da CONDSEF e coordenador geral do SINTSEF/CE

Pacote Piripac

Faz tempo, desde 1994, que critico a síndrome reacionária do presidente Lula. Depois de ouvir do próprio Lula que não re-estatizaria os bancos estaduais privatizados - nem a Vale do Rio do Doce? Perguntei. Nem a Vale! Respondeu - nada que o ex-metalúrgico diga ou faça, a mim anima mais.

No entanto, abstraindo dos cuidados e reservas que os gatos escaldados costumam ter quando vêm até água de coco, também não é possível chutar o PACote PiriPAC como um pau de tucano qualquer.

A tentativa de acelerar o crescimento - que nada tem a ver com retomada do desenvolvimento, que são outros quinhentos - é alguma coisa ligeiramente parecida com homeopatia, sem contra-indicação, na terapia do segundo mandato. Mexer, ainda que delicadamente, no

superávit primário, também é um sinal tímido, mas toca levemente no tabu do percentual de 4,25% reduzindo-o para 3,75%. Quase nada, mas uma inflexão.

Admitir no centro do PACote PiriPAC, o papel do investimento público no arranque do crescimento é violar - neste caso, violentar mesmo - o mantra liberal da centralidade do investimento privado. Um flerte com o velho Keynes; uma infidelidade explícita aos costumes do tradicional casamento neolibertino.

O governo aprova este ou aquele projeto, quer seja o controle na boca da caixa dos servidores, ou o fundo para infra-estrutura com recursos do FGTS. Toma lá, dá cá, Lula chega em 2010, inteirinho.

O retorno de Lula com 69 anos, em 2015. Esse é jogo jogado. Pouco para fazer o país sair do lugar, mas perfeito para

o consórcio com o PMDB.

O fundamental é sairmos do marasmo, dizia Celso Furtado. Sair do marasmo implica ter de enfrentar a dívida monumental e substituir as turmas do Banco Central e da Fazenda, quase todas nomeadas na Era Maldita.

Ouvir o presidente dizer que não existe déficit na previdência e a crise histórica do Mailson&Jabor na Globo foi surpreendente? Foi. Uma pena o presidente não me convencer.

Se há quem acredite? Sempre há. Sorte do presidente.

Alberto Amadei é Administrador Público, especialista em Política Fiscal, Coordenador do Fórum da Transparência do Ceará e Auditor Fiscal da Receita Federal

PAC: ou muda ou serão 10 anos de arrocho

Nos primeiros quatro anos de governo Lula, por força de repetidas greves, passeatas e mobilizações, os servidores conseguiram arrancar reposições salariais que começaram a aliviar o arrocho anterior.

No entanto, o chamado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado em 22.01, traz um dispositivo que reverte essa tendência.

O governo quer incluir um artigo 71-A na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - 101/2000) estabelecendo que: "A partir do exercício financeiro de 2007 e até o término do exercício de 2016, a despesa com pessoal e encargos sociais da União, para cada poder e órgãos referidos no art. 20, não poderá exceder, em valores absolutos, ao valor liquidado no ano anterior, corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou o que venha a substituí-lo, verificado no período de doze meses, encerrado no mês de março do ano imediatamente anterior, acrescido de um e meio por cento".

Primeiro, é preciso esclarecer que essa proposta NÃO É de reajuste linear de 1,5% mais a inflação medida pelo IPCA. O que ela faz é colocar mais um limite - hoje já existem outros na LRF - para

o crescimento da folha de pagamento de todo o funcionalismo.

Isso significa: 1) Os recursos necessários para ampliação do quadro funcional (novos concursos), promoções, precatórios judiciais, entre outros, estão incluídos nas limitações desse Art. 71-A. Na prática, o chamado crescimento vegetativo da folha vai consumir a totalidade -ou até mais!- do limite de 1,5%, comprimindo ou extinguindo os recursos disponíveis para novos reajustes. 2) O Art. 71-A vai acirrar ainda mais a disputa pelos recursos, jogando os servidores uns contra os outros na ilusão de conseguir alguma coisa em campanhas específicas. 3) O cumprimento de compromissos assumidos pelo governo em decorrência das greves de 2005 e 2006 (novos planos de carreira) não está garantido pois o Art. 71-A só exclui do cálculo dos limites os acordos transformados em lei até o dia 31.12 do ano passado.

O governo também mantém a quebra da paridade ativo/aposentado/pensionista e a política de implantar a legislação que complementa as contra-reformas da previdência. Por exemplo, o governo quer aprovar a criação do Fundo de Aposentadoria Complementar do servidor, na contramão da reivindicação da categoria

que luta pelo reestabelecimento de todos os direitos previdenciários retirados pelas contra-reformas.

Os argumentos para justificar esse arrocho são fornecidos pelo FMI e Banco Mundial: "cortar gastos públicos".

Já se viu aonde vamos com esses colonizadores "corte de gastos", LRF, privatizações e PPPs: desagregação, caos, desastres como o do metrô em S.Paulo, revolta social como em Alagoas.

Acreditamos que, ao contrário, serviço público, salário, previdência social são investimentos. Sem ele não haverá crescimento econômico.

Para haver crescimento é necessário tocar em questões cruciais, como a Reforma Agrária (que não foi contemplada pelo programa) e o questionamento das privatizações (como a anulação do leilão da Vale do Rio Doce). Não será com novas PPPs nem com arrocho do funcionalismo que haverá crescimento.

De onde tirar os recursos? Da especulação financeira. É preciso enfrentar e derrotar a ditadura do superávit primário. Para essa não faltará mobilização popular.

Edson Cardoni é diretor da CONDSEF e do SINDSEP-DF

Encontro avalia Seminário de Planejamento Estratégico



PRESENTES DEBATERAM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Foi realizado no último dia 12 de janeiro, no Hotel Meridional, situado na Avenida Dom Manoel, 660, encontro de avaliação do Seminário de Planejamento Estratégico do SINTSEF/CE, elaborado nos dias 09 e 10 de novembro de 2006. Previsto no estatuto do SINTSEF/CE, o evento, que deve acontecer bimestralmente, contou com a participação da Direção Colegiada, Conselho Fiscal, Coordenação das Delegacias e Coordenação do Conselho Delegado de Base.

Na ocasião, foi discutido o andamento das atividades programadas no planejamento, bem como, as ações do sindicato em relação a formação do conselho editorial e do coletivo de formação.



DIFERENTES INSTÂNCIAS DO SINDICATO REUNIRAM-SE NO ÚLTIMO DIA 12

Josemilton Costa avalia o PAC e discute a conjuntura nacional

O SINTSEF/CE entrevistou o Secretário Geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF) Josemilton Maurício da Costa sobre o PAC e as diretrizes da confederação em relação ao governo federal. Confira:

SINTSEF/CE: No último dia 22 de janeiro, o Governo Federal anunciou o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Desde então tem-se observado uma grave insatisfação da categoria dos Servidores Públicos Federais em relação ao programa. Na análise da CONDSEF, quais são os principais perigos que o PAC apresenta para o servidor federal?

Josemilton: O PAC tem problemas diversos. Do jeito que está sepulta toda a discussão que o governo travou com as representações dos servidores; os compromissos assumidos com a Confederação tais como reestruturação de carreira, reestruturação de tabelas, Planos de carreira.

SINTSEF/CE: O governo Lula II sinaliza que novamente o Servidor Público poderá ter perdas. Qual postura a Confederação assume diante da realidade que se desenha?

Josemilton: A CONDSEF está preocupada com a conjuntura que se desenha com esse PAC. O Governo aponta que a despesa de pessoal deve ficar no patamar do INPC, acrescido de 1,5%. Esta proposta não só congela os salários, como impede a reposição salarial das perdas de 1995 a 2006. Dessa forma impede qualquer negociação no setor público.

SINTSEF/CE: A união da categoria tem sido apontada como o caminho para a fortificação da luta pela valo-

rização do servidor público. Quais as iniciativas que serão tomadas pela CONDSEF para se contrapor ao PAC?

Josemilton: Uma iniciativa foi tomada: a CUT solicitou uma audiência com a Ministra Dilma Roussef, em conjunto com os Ministros do Trabalho e Planejamento, para discutir os pontos do PAC que atingem os servidores e a CONDSEF participará desta reunião. Além disso as primeiras iniciativas que a CONDSEF tomará em relação ao programa são: apoiar a posição da CUT de retirada dos itens que envolvem os servidores do PAC e retomar as discussões na Mesa Nacional de Negociações; buscar o apoio de Parlamentares e preparar a categoria para uma grande mobilização em defesa de uma política salarial que busque a isonomia no executivo.

SINTSEF/CE: Há a previsão de paralisação para o primeiro semestre de 2007. Já estão definidas as diretrizes dessa paralisação? Já é dado como certo o instrumento de greve ou há possibilidade de negociação?

Josemilton: A CONDSEF esgotará todas as possibilidades negociais, sem perder o foco da mobilização. É possível uma greve unificada dos federais ainda no primeiro semestre. Tudo vai depender da vontade política do governo de negociar com a confederação.

MP 341 (Remendão) - Ganhos administrativos e judiciais serão transformados em VPNI e com o tempo desaparecerão

A Medida Provisória nº 341 publicada no final de dezembro de 2006, corrigiu dois problemas importantes em relação ao texto das leis que ela “remendou”. O primeiro diz respeito a substituição do termo “fica criada carreira” por “fica estruturada”; o segundo concerne a reabertura dos prazos para assinatura do termo de opção. No entanto, a MP 341 traz consigo uma nova questão que dificulta a vida dos servidores da Seguridade Social.

Um dos itens mais polêmicos atinge servidores da Seguridade Social que recebem os 47,11% devidos pelo governo em forma de Vantagem Pessoal Nominalmente Indentificável (VPNI). Após feita uma análise técnica, ficou claro que a MP afirma que aqueles que já conquistaram judicial ou administrativamente o direito a receber esse valor podem ter a vantagem reduzida caso recebam alguma

promoção ou progressão na carreira. No entanto, a VPNI é legalmente considerada Vencimento Básico e qualquer aumento ou progressão salarial deve incidir sobre ela. Se o texto ficar como está, o valor para servidores nessa situação será diluído ao longo dos anos e com o tempo desaparecerá.

Outro ponto que apresenta problema é referente a carga horária de servidores que têm o direito de cumprir 30 horas semanais. A MP 341 continua propiciando ao governo a possibilidade de utilizar-se de dispositivos legais para rever jornadas de trabalho atualmente reduzidas.

Mais uma questão preocupante é a que versa sobre as regras que incidem sobre a nova gratificação recebida pelo PGPE em substituição à Gdata. A MP 341 apenas garante aos que irão se aposentar gratificação no valor de 30 pontos fixos.

Servidores do Hospital de Maracanaú aguardam decisão do Ministério da Saúde

A novela dos servidores do Hospital de Maracanaú ainda não chegou ao fim. O ministério da Saúde ainda não enviou resposta ao prefeito da cidade em relação a carga horária dos trabalhadores lotados na unidade. Enquanto aguardam decisão do Ministério, os servidores federais estão tendo que cumprir a carga de 40 horas com 13 plantões, sob pena de pre-

juízo salarial. O prefeito ameaça encaminhar para o Ministério, declaração referente aos que não estiverem cumprindo a carga imposta.

O SINTSEF/CE e o SINPRECE estão organizando uma caravana para Brasília, que deve acontecer no início de março, para pressionar e sensibilizar o Ministério da Saúde em relação ao caso.

Regulamentação de Indenização de Campo depende do Planejamento

Mesmo após a publicação do Decreto 5.992/06, que trata da questão da regulamentação da indenização de campo dos servidores da Funasa, o tema não se esgotou. Problemas técnicos foram detectados no texto do decreto, estes inclusive reconhecidos pela própria Funasa.

A Fundação encaminhou documento com o detalhamento da questão ao Ministério do Planejamento para que nova redação pudesse solucionar o fato. Está

nas mãos da Secretaria de Recursos Humanos do Planejamento a promoção das alterações para que haja a oficialização das mudanças.

De acordo com a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF) o texto do decreto afirma que nenhum servidor será mais ameaçado de ter a indenização cortada de seus contracheques. Resta agora esperar a publicação da nova redação do documento.

I Encontro de Formação Política e Comunicação

De acordo com o parágrafo único do artigo 23 do estatuto do SINTSEF/CE, a Direção Colegiada, o Conselho Fiscal, a Coordenação das Delegacias e a Coordenação do Conselho Delegado de Base deverão reunir-se bimestralmente na véspera das reuniões do Conselho de Delegados Sindicais de Base quando de sua realização em Fortaleza. Cumprindo o estatuto, essas instâncias se encontrarão no próximo dia 9 de março e, em caráter especial, destinarão o evento para o I Encontro de Formação Política e Comunicação do SINTSEF/CE.

Também especialmente nessa reunião, será permitida a participação de filiados que tenham interesse nos temas discutidos. Na oportunidade, serão planejadas as atividades de formação política do sindicato e discutidas as atribuições do Coletivo de Formação e do Conselho Editorial da entidade.

No dia seguinte, ocorrerá a assembléia do Conselho de Delegados Sindicais de Base, quando serão eleitos cinco filiados que participarão do coletivo de Formação e outros cinco que farão parte do Conselho Editorial. Também serão submetidas à assembléia as atribuições, de ambas as instâncias citadas, discutidas no dia 9.

O encontro ocorrerá na casa de retiro N. Sra de Fátima (Av. Alberto Craveiro, 2222, Dias Macêdo).

A partir das 19 horas do mesmo dia, haverá uma noite cultural na sede do SINTSEF/CE. A festa terá os anos dourados como temática. Haverá premiação para o casal que estiver melhor caracterizado.

Encontro do Conselho de Delegados Sindicais de Base



DELIBERAÇÕES IMPORTANTES MARCARAM A REUNIÃO DO CONSELHO

Aconteceu no dia 13 de janeiro, na sede do SINTSEF/CE, a primeira Reunião do Conselho de Delegados Sindicais de Base de 2007. O início do encontro foi marcado por informes. Vários diretores e delegados inscreveram-se para repassar informações.

Passados os informes locais, o secretário geral da CONDSEF, Josemilton Costa presente na reunião, apresentou informações vindas da Confederação.

da CUT/CE.

As principais deliberações aprovadas na reunião do Conselho foram: 1. Convocação pelo SINTSEF/CE de representantes dos planos de saúde CAPSAÚDE e GEAP para explanação da nova portaria e regulamentação dos planos de saúde. Essa convocação deve ser feita para acontecer na assembléia geral do SINTSEF/CE em março de

O encontro seguiu com um rico debate político onde pontos importantes como Conjuntura Nacional e o indicativo de greve dos servidores federais para abril de 2007 foram enfocadas. O evento teve como debatedores Josemilton Costa e Vera Level, Secretária Geral

2007; 2. O Coletivo de Formação Política será composto pelos sete coordenadores de formação das sete Delegacias Sindicais de Base, mais cinco filiados da região metropolitana de Fortaleza eleitos na assembléia geral de março de 2007, mais os três coordenadores de formação da Direção Colegiada; 3. O Conselho Editorial será composto pelos sete coordenadores de comunicação das sete Delegacias Sindicais de Base, mais cinco filiados da região metropolitana de Fortaleza eleitos na assembléia geral de março de 2007, mais os três coordenadores de comunicação da Direção Colegiada; 4. Que o Encontro Estadual de Formação Política e Comunicação seja realizado no dia 09 de março de 2007 antecedendo a Assembléia Geral; 5. Que a CONDSEF e o SINTSEF/CE agendem reunião com o STJ para tratar de todos os descontos indevidos que ora estão sendo feitos através da Folha de Pagamento dos trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas.

Direção Colegiada visita região do Vale do Jaguaribe

Os diretores Roberto Luque, José de Assis, Aluísio Bastos e Francisco Teles, representando a Direção Colegiada do SINTSEF/CE, visitaram entre os dias 23 a 26, a delegacia sindical de base do Vale do Jaguaribe. Aracati, Russas, Morada Nova, Limoeiro do Norte, Jaguaribe, Pereiro e Alto-Santo foram as cidades contempladas nesse primeiro momento.

A ida ao interior foi uma das propostas aprovadas no planejamento do sindicato e referendada na última reunião da Direção Colegiada.

O coordenador geral da Delegacia Sindical do Vale do Jaguaribe, Evandir Rodrigues, também participou da viagem.

O objetivo principal das visitas foi levar informações para base da categoria dos diversos órgãos federais da região.

O encontro possibilitou ainda a troca de idéias e o debate entre a direção e seus filiados, ouvindo sugestões e críticas, no sentido de aperfeiçoar as ações do sindicato. Na oportunidade a direção fez a entrega da lista de processos ajuizados pelo SINTSEF/CE até aquele momento. Através desta relação foi possível que cada filiado verificasse a atual situação jurídica dos processos ajuizados pela entidade.



JAGUARIBE



ALTO SANTO



ARACATI



PEREIRO



RUSSAS



LIMOEIRO DO NORTE